

PROCESSO DA DINÂMICA DAS FRENTES DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DA PAISAGEM AGRÁRIA NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

Edson Noriyuki Yokoo TIDE, Geografia, Fecilcam, eyokoo@fecilcam.br

Objetivamos neste estudo analisar a mobilidade e o encontro das frentes de ocupação e conseqüente produção da paisagem agrária na chamada Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

De acordo com Bernardes (1952), Bernardes (1953), Monbeig (1984), Valverde (1957), Serra (1991), Yokoo (2002), entre outros autores concordam que a citada região foi o palco do encontro de várias frentes de ocupação territorial, ou seja, do avanço das frentes de expansão e das frentes pioneiras compostas por caboclos e por colonos sendo este ultimo possuidor de algum capital proveniente das diversas regiões paranaenses e que neste movimento migratório se encontraram no vale do chamado Piquirivaí.

Deste modo, antes de iniciar a análise dos avanços das frentes de ocupação se faz necessário uma contextualização do quadro fitogeográfico, climático e pedológico da região para que de imediato possamos perceber algumas diferenças ambientais e, que na opinião de Bernardes (1952, p. 430) até o agricultor mais humilde teve a percepção em termos das diferenças entre climas e dos solos e que resultou na adoção do tipo de economia e dos modos específicos de povoamento para a citada região.

Assim, no que tange para a região de transição entre o Norte e o Sul paranaense, entre os vales médios dos rios Ivaí e Piquirí, da existência da *Floresta Estacional Semidecidual* e da *Floresta Ombrófila Mista* e, também de uma terceira formação florestal, o Cerrado, que Maack o denominou de *Relicto do Quaternário Antigo*, cobertura florestal residual com 102 Km² no núcleo urbano de Campo Mourão.

A região de transição entre o norte e o noroeste paranaense, mais especificamente entre Campo Mourão e Maringá atravessado pelo chamado Paralelo 24°, também, conhecido por *Linha da Geadas*, ou seja, é a referência climática entre o Norte e o Sul do país, onde se manifesta diversas tipologias climáticas em função das influências de Massas de Ar Tropical e Polar é que foi possível o plantio do café com menor risco econômico em função das possibilidades das ocorrências de geadas.

Assim, a porção do território situado ao norte do rio Ivaí apresenta o clima com verões mais quentes e chuvosos e ao contrário mais secos no inverno. Já indo em direção ao sul e oeste em relação ao rio Ivaí, apresenta-se o clima com verões quentes e sem estação seca definida. Deste modo, a transição climática para a região norte do Paraná é a ocorrência de geadas brandas – quando ocorrem são mais fracas e intercalados em vários anos. Enquanto que para a região sul e oeste, o fenômeno da geada negras é freqüente o



que é fatal para os cafés e, por isto, esta foi uma das causas responsáveis pela substituição desta cultura pela introdução da soja e milho e em algumas áreas pela cana de açúcar.

Em relação ao tipo de solo predominante na região norte paranaense é as *terras roxas estruturadas* e que de acordo com a nova nomenclatura agrônômica passou a denominar-se de *Nitossolo*, isto é, solo originado da decomposição das rochas basálticas e que são conhecidos por sua cor avermelhada, grande profundidade, pela porosidade, entre outros fatores que determinam e boa fertilidade natural.

Em contraposição, na região noroeste, situadas entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri encontram-se os solos formados a partir dos arenitos da Formação Caiuá, portanto, são solos com grandes quantidades de sílicas misturados as argilas e que apresentam limitações quanto à fertilidade natural, bem como, ao plantio de cereais de ciclo anual, pois é susceptível à erosão quando não adotado técnicas corretas de conservação do solo.

Assim, em termos comparativos as regiões oeste e o noroeste paranaense não foram contemplados pela natureza com os solos em termos de fertilidade em relação à região norte paranaense, pois, estas são menos profundas e ainda contém expressivas quantidades de areias misturadas em função da desagregação da rocha origem e são conhecidas na região por terra roxa mista e não indicadas para a cafeicultura, além de estarem situadas em áreas de risco para as geadas.

Descrito em linhas gerais, o quadro natural é necessário o resgate geo-histórico e assim, compreender a mobilidade do povoamento pelo território partindo-se do pressuposto de que estamos inseridos numa sociedade capitalista de desenvolvimento tardio no qual está inserido o Paraná e o Brasil.

Deste modo, a expansão do povoamento pelo território paranaense se inicia em 1630 com a ocupação da porção leste, no entorno da baía de Paranaguá e nas encostas da Serra do Mar, nas vertentes litorâneas e no planalto e Curitiba por povoadores: "(...) provindo das regiões de Santos, São Vicente, Cananéia, São Paulo e Rio de Janeiro, dirigiu-se para aquelas áreas, com a finalidade de explorar o metal precioso (PADIS, 1981, p. 18), ou seja, para apropriarem das jazidas auríferas existentes as margens dos rios e riachos e que são explorados intensamente por trabalhadores escravos por quase um século.

Assim, as especificidades da formação geológica da Serra do Mar, as jazidas auríferas em aluvião se mostraram de pequeno porte e, assim, a exploração exaustiva esgotando o rapidamente. Isso forçou os faiscadores a transporem a Serra do Mar, indo garimpar o metal precioso no chamado planalto curitibano.

Esta mobilidade espacial da população em busca de novas jazidas de ouro, por sua vez, forçou a ampliação dos caminhos indígenas, por exemplo, do Itupava, da Graciosa e do



Arraial para o escoamento de mercadorias entre Paranaguá, Antonina e Morretes, Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara entre outros núcleos urbanos.

O ouro extraído, tanto no litoral como no planalto não foi o suficiente para garantir uma atividade econômica permanente e duradoura, ou seja, essa atividade extrativa entra em recessão: “Quanto à extração do ouro, a atividade entra em crise por volta dos anos de 1720 a 1730” (SERRA, 1991, p. 16).

Deste modo, com a diminuição da produção do ouro e, conseqüentemente, vai se delinear outra atividade econômica para aos ex-mineradores que permaneceram na província e, enquanto que outros faiscadores se dirigiram para explorar as novas jazidas de ouro recém descobertas nas províncias das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Assim, surge opção econômica por ser a mais lucrativa em termos de retorno financeiro e por utilizar pouca mão de obra pelo tropeirismo, ou seja, o comércio do gado muar e bovino e seus derivados que são adquiridos na feira-livre de Viamão e revendidos com lucratividade na feira de Sorocaba, abastecendo com víveres o interior de São Paulo e as províncias das Minas Gerais e Goiás e, ao mesmo tempo, se inicia o processo de apropriação das terras para a criação de gados em áreas de campo nativos existentes no segundo e terceiro planaltos paranaenses e, deste último, mais especificamente as áreas de existência de manchas de campos na região de Guarapuava e Palmas, sendo que este último situado no sudoeste paranaense que, na opinião de Bernardes:

No planalto, sob outras condições naturais, mudou o eixo da economia: a “bateia” foi sendo suplantado pelo “laço”, o “curral” sucedeu a “lavra”, os Arrais foram desaparecendo. Os mineiros que, renunciando à ambição do ouro não participaram do êxodo para as novas minas [províncias das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso], tornaram-se sedentário e transformaram-se em criadores de gado tropeiro (BERNARDES, 1953, p. 433).

Entretanto, a apropriação das terras ocorreu no entorno da estrada de Viamão - Sorocaba formando de um lado os latifúndios e de outro transformando os campos gerais paranaense em zona de trânsito do gado e seus subprodutos revendidos aos moradores das fazendas no trajeto entre as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e São Paulo. Em razão disso e do incipiente processo de povoamento, a estrutura fundiária se baseou na grande propriedade, obtidas por sesmarias:

No final do século XVII, praticamente todas as terras de campo estavam apropriadas predominantemente por grandes propriedades, sendo o sistema de sesmarias a base jurídica de repartição fundiária, ao lado do apossamento à margem de preceitos legais (SERRA, 1991, p. 17).



Nos latifúndios formados por colonizadores lusitanos, constituídos por escravos e proprietários absenteístas, residentes, sobretudo, em Paranaguá, São Paulo, Rio de Janeiro e, entre outros núcleos urbanos. Pela legislação portuguesa, estes indivíduos não eram considerados imigrantes, desse modo, conseguia o acesso direto a propriedade.

Assim, pode-se afirmar que todas as áreas onde essa população pioneira se fixou, optou-se pelo aproveitamento das áreas de campos naturais para o criatório do gado e subsidiariamente para a formação de algumas roças para subsistências, e os demais, se dirigiram para formar os povoados com função de apoio para as caravanas de tropeiros ou conforme Wachowicz:

Nos locais destinados ao pernoite, estabeleciam-se negociantes, que construía algum cercado, para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de extraviar. Com o correr dos tempos, esses poucos vão aumentando e recebendo sempre novos moradores, como ferreiros, arreadores, simples empregados etc. (WACHOWICZ, 2001, p. 108).

Deste modo, estas atividades econômicas não propiciaram a ocupação efetiva de todo o território paranaense e, que na opinião de Westphalen:

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto de Curitiba, ocupando todas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas até as atuais divisas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Explorou ervais e as florestas de araucárias a ela associadas. Baseada nos latifúndios campeiros de criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de províncias monárquicas do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território paranaense (WESTPHALEN, 1968, p. 2).

Complementando, na opinião de Bernardes:

Na segunda metade do século XIX uma nova fase se inicia para a economia paranaense; a agricultura ganha novo ritmo e o valor das terras florestais igualam e, finalmente supera o das terras de campo (BERNARDES, 1952, p. 438).

Ou, na opinião de Serra, outro contexto se delineia:

A ocupação completa do território vai depender de outras frentes pioneiras que vão surgir em outras regiões na medida em que se esgotam as terras de campo, e as terras cobertas passam a despertar o interesse econômico às novas comunidades que surgem (SERRA, 1991, p. 17-18).

Assim, ganha novo impulso a expansão do povoamento em direção a região florestada, ou melhor, dizendo, novas frentes de ocupação territorial foram constituídas por

imigrantes sem ascendência portuguesa e que vão colonizando sucessivamente as regiões norte, sudoeste e extremo-oeste paranaense e, para esta última, se através por três estradas carroçáveis principais:

(...) uma e a estrada que saindo de Ponta Grossa atinge Guarapuava e vai ter a Foz do Iguaçu (...); outro, é a estrada que de União da Vitória vai ter a Palmas, segue depois para Clevelândia (...); enfim o terceiro é constituído pela estrada de Guarapuava a Campo Mourão (BERNARDES, 1952, p. 443).

A região oeste e, situado no vale do Piquirivai recoberta por densa cobertura florestal e por seu isolamento em relação às demais regiões povoadas foi tardiamente povoada e, neste caso, para o povoamento participaram compulsoriamente os caboclos ou caipiras luso-brasileiros que alguns pesquisadores o denominaram de *campesinato marginal* (SERRA, 1991, CORRÊA, 1997, FOWERAKER, 1982) e os colonos de origem européia para se apropriarem da terra, este último “tinha pelo menos duas alternativas para se fixarem na terra: uma era adquirir posses abertas pelos caboclos, outra era fazer a própria posse” (SERRA, 1991, p. 35 e 36). Isto é, de qualquer forma, em ambos os casos, os colonos sulinos teriam que conviver com os caboclos de origem, já que ambos praticavam a mesma atividade econômica: a criação de porcos.

Deste modo, a ocupação do oeste paranaense se processou da seguinte forma na opinião de Bernardes:

O oeste do estado desde o início do século XX foi ocupado de maneira espontânea e desordenado. Esta penetração processou-se ao longo da estrada para Foz do Iguaçu, bem como nos divisores Xopim [Chopim] - Iguaçu. O mesmo se deve ao norte e noroeste de Guarapuava, onde o povoamento por caboclos e colonos em 1920 já atingia Pitanga e em 1940 Campo Mourão (BERNARDES, 1953, p. 349).

Ou ainda, explicando os procedimentos, de acordo com Bernardes:

(...) onde os primeiros povoadores anônimos penetram quilômetros no interior da mata, dando origem a um povoamento ralo, de escassa densidade e limites de tal modo imprecisos, que em uma enorme área, equiparável à de muitos municípios do leste, passa-se insensivelmente da zona povoada para a não povoada (BERNARDES, 1952, p. 428).

Deste modo, a mobilidade da frente demográfica pressupõe o surgimento espontâneo de diversos vilarejos ou patrimônios as margens das picadas com função de apoio nesta tarefa, alguns exemplos desta iniciativa são:

Como exemplos, Jataizinho e Campo Mourão. A primeira (...). O mesmo acontece com Campo Mourão, povoação surgida anonimamente no interior da zona povoada e que tornou uma base de apoio para os batidores do



sertão que por ai circulavam visando às barrancas do rio Paraná. Em 1920 já existia ai um minúsculo povoado (sendo assinalado nos mapas da época) quando ainda se processava o povoamento ao longo da estrada entre Guarapuava e Pitanga (BERNARDES, 1952, p. 430).

De origem espontânea, o povoado chamado inicialmente de Campo do Mourão já existia em 1920, algumas décadas antes da constituição da frente pioneira cafeeira no norte novo e novíssimo paranaense que quando da construção da ferrovia São Paulo - Ourinhos – Londrina que o acompanhava estava estacionada na localidade de Cambará, assim:

Por sua posição quase central entre dois grandes vales do planalto, do Ivaí e Piquiri, e por sua situação em um espigão plano de encostas suaves, esta minúscula mancha de campo foi-se tornando aos poucos uma espécie de base de operações para os batedores que partindo do rio Paraná ou de Guarapuava exploravam estes sertões (BERNARDES, 1952, p. 444).

Cabe ressaltar que o termo *batedor* a que se refere o autor é para designar os caboclo-posseiros que adentraram nas áreas florestadas para formar as suas roças e criar e engordar os porcos em terrenos devolutos e também dos ervateiros argentinos e paraguaios que exploravam e contrabandeava as folhas *in natura* das ervas-mate existentes em Mamborê e, que transportavam esta mercadoria em carroças pelas picadas em direção aos portos fluviais clandestinos no rio Paraná e destes para os mercados consumidores platinos que tinham herdado dos índios o hábito de infusão do chá de erva-mate.

Para Bernardes, a frente de expansão é a primeira que se manifesta na ocupação, por não reconhecer a forma legal de apropriação da terra e, depois de feito algumas benfeitorias e outras infra-estruturas e, que esta se transforma em frente pioneira quando da chegada dos compradores das terras:

(...) o povoamento na maior parte dos casos se fez de modo diverso: ocupantes das terras, os que vão possuí-las e explorá-los, são precedidos por batedores anônimos que salpicam a mata em largas áreas, indivíduos geralmente seminômades, os primeiros a explorar os ervais e os pinhais, ou fazer roças em terrenos devolutos (BERNARDES, 1952, p. 429).

A ainda de acordo com Bernardes, já que existiam grandes ervais nativos no oeste paranaense, e neste caso, se inclui a região entre os rios Ivaí e Piquiri, especialmente indo na direção dos referidos rios:

O mate, por esta época, foi um elemento de primeira ordem na economia paranaense. Os ervais nativos não só atraíram povoadores como também foram à tábua de salvação para os colonos que relegados ao isolamento na mata, sentiu a oneração excessiva imposta aos seus produtos agrícolas pelas péssimas condições de transportes (BERNARDES, 1952, p. 442).



E neste contexto geoeconômico que irá despontar na paisagem agrária paranaense um novo personagem até então desconhecido, ou seja, o colono de origem européia que irá atuar nas frentes de ocupação sul e sudoeste paranaense:

Surge, agora, um novo tipo social, já há conhecidos nos outros dois estados mais meridionais, o “colono”, que empreende uma tarefa até então negligenciada: abater a mata virgem, cultivar grandes áreas contíguas e expandir-se cada vez mais para o interior, em direção ao oeste (BERNARDES, 1952, p. 438).

De acordo com Valverde que realizou uma viagem de campo pelos planaltos centro-sul paranaense, opinou da seguinte forma:

A influência cultural desses colonos já se faz notar na paisagem, sobretudo por meio de suas habitações, com paredes de tábuas verticais e telhados de forte inclinação, e suas carroças de 4 rodas (VALVERDE, 1957, p. 185).

Mesmo assim, é necessário destacar o papel da extração madeireira que constituiu um capítulo relevo da geo-história da expansão econômica atrelada à ocupação territorial:

(...) deve-se considerar que a serraria é um elemento de ocupação pioneira, como se tem revelado no oeste, ela tem, de certo modo, um papel negativo porque, reservando grandes áreas para a exploração da floresta retarda a ocupação desta por uma população rural mais densa. Como ilustração deste fato cite-se a zona dos pinhais ao norte de Guarapuava, explorados por uma serraria situada na vila de Palmeirinha, onde a população apresenta escassa densidade contrastando com o que vai se encontrar mais adiante, ao se continuar na direção de Pitanga (BERNARDES, 1952, p. 443).

E por demais conhecidos na região do Piquirivai da existência de grandes pinheirais e, associados a estes, também, da imbuia; do cedro entre outras madeiras nobres. Somente a região de Campo Mourão até a década de 60 chegou a contar com mais de 40 serrarias fornecendo o material para a construção civil e mobiliária para os centros urbanos.

Deste modo, a frente de expansão no oeste foi uma preparação para transformação desta em frente pioneira na medida em que são estreitados os laços geoeconômicos com as demais regiões mais desenvolvidas do estado e do país, ou conforme Martins (1975, p. 23) são introduzidos às relações capitalistas de produção de mercadorias, ou seja, a separação entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção.

Neste trabalho de remoção dos indesejáveis, também se incluiu os chamados posseiros de origens luso-brasileiras por não possuir o título de propriedade da terra, obtidos mediante a compra da terra ou por regime da usucapião, já que se pressupõe a mercantilização da terra na frente pioneira.

No entanto, ao analisar os problemas das frentes pioneiras no oeste paranaense, Bernardes descreveu as dificuldades da delimitação territorial das frentes pioneiras:

(...) a localização desordenada e espontânea de elementos isolados, com a conseqüente devastação das matas e empobrecimento do solo não favoreceu a formação de uma faixa pioneira contínua, avançando progressivamente para o oeste. Aliás, o próprio governo concedendo glebas esparsas em uma enorme área desprovida de meios de comunicação, também contribuiu para este resultado. (BERNARDES, 1953, p.346).

Mesmo assim e, mesmo descontínuo no território o povoamento progrediu a partir dos núcleos isolados e distantes das zonas economicamente ativas e que na opinião de Bernardes este tipo de povoamento não é: “(...) das características de uma faixa pioneira cujo avanço, embora irregular e aparentemente confuso, é mais o resultado de causas econômicas do que a decorrência de iniciativas isoladas do governo ou de particulares” (BERNARDES, 1953, p. 347).

Segundo Bernardes a aplicação conceitual da frente pioneira nos mesmos moldes da ocorrida no oeste americano somente pode ser percebida em território paranaense em que:

O traçado das frentes pioneiras atuais [1948] só pode ser esboçado no norte do estado [Paraná] e nas áreas coloniais recentes no vale dos rios Xopim-Iguaçu, entre o Ivaí e o Piquiri e, também, no alto vale do rio São Francisco (Toledo). (BERNARDES, 1953, p. 376).

A consolidação da frente pioneira ocorreu após a construção da estrada entre Maringá – Campo Mourão e, conjuntamente com a instalação de uma balsa rústica no rio Ivaí que, algumas décadas depois substituídas por uma ponte facilitando de vez a captura econômica e integração das frentes pioneiras Norte e Sul, conforme a descreve Bernardes:

Há três ou quatro anos atrás se completou a ligação com o norte (Campo Mourão à Maringá) através de uma picada transformou em estrada, e registrou-se então um interessante fenômeno de captura econômica, uma vez que as comunicações e o movimento de pessoas e cargas da zona de Campo Mourão passaram a se fazer preferencialmente para o Norte. Aí, então, nesta fronteira de povoamento o Norte e o Sul do estado se encontram. Para aí afluem mineiros, paulistas, baianos, etc., bem como riograndenses, catarinenses e paranaenses do leste. A afluência de catarinenses e principalmente riograndenses no estado do Paraná tem tomado vulto cada vez maior (BERNARDES, 1952, p. 447).

Ou ainda, conforme o autor supracitado que uma das pinças das frentes pioneira deslocou-se para o vale do rio Ivaí, eis que:

(...) atingiu Campo Mourão por volta de 1940. As características de solo, relevo e vegetação da região assemelhavam-se às que se originou então



uma pequena frente pioneira ativa semelhante à daquela zona. Atualmente esta cidade está em uma das pontas de uma enorme pinça que, nesta região, se fecha sobre o Ivaí: o povoamento que se expandiu no norte tende a se unir através do Ivaí com o que vem se alastrando, com ponto de apoio em Guarapuava (BERNARDES, 1952, p. 452).

O povoamento ao norte do vale do rio Ivaí processou-se de modo diferente:

Ao contrário do que se verificou no Terceiro Planalto ao Sul do rio Ivaí, o norte do Estado permaneceu por mais tempo desabitado. Seu povoamento se processou rápida e efetivamente, de forma regular, avançando as derrubadas para o oeste de maneira contínua e progressiva (BERNARDES, 1953, p. 374).

Da mesma forma, Valverde ao analisar o povoamento do noroeste paranaense, compreendeu da seguinte forma:

Enquanto que nas terras da C.M.N.P. a marcha do povoamento procede de E, para W, como um verdadeiro ramo da zona pioneira paulista, na parte ocidental dessa região, a partir das cercanias de Alto Paraná para o oeste, o povoamento vem do sul para o norte, feito por descendentes de alemães e italianos que vêm do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, à procura de novas terras (VALVERDE, 1957, p. 185).

No que tange sobre a mobilidade espacial da frente pioneira na região norte paranaense, observou Bernardes:

Na sua maior parte esta zona foi povoada a partir de São Paulo, através dos rios Itararé e Paranapanema. A ocupação da terra realizou-se modo mais ou menos regular e a zona povoada alargou-se continuamente apresentando-se como o avanço de uma "frente pioneira" sobre a mata virgem (BERNARDES, 1952, p. 428).

Assim, a marcha do povoamento no norte paranaense está atrelada à expansão cafeeira paulista, inicialmente entre os rios Itararé e Tibagi. Foi a partir de 1904, com a fundação de Cambará por cafeicultores paulistas que deu o início do avanço da frente em direção ao rio Tibagi: "Continuando a progredir neste sentido as derrubadas em 1921 atingiram Bandeirantes e, em 1924, Cornélio Procópio, povoando-se sempre a região com nacionais e também estrangeiros, em geral colonos de fazenda (BERNARDES, 1953, p. 374) neste ínterim, contribuiu a construção da estrada de ferro que em 1925 chegava até Cambará, sempre com o objetivo de transportar a produção cafeeira e outras mercadorias produzidas na região.

A região oeste do rio Tibagi foi povoada a partir de 1929 foi resultado da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná que planeja a instalação de vários núcleos urbanos e entre este o de:



Maringá é o centro urbano que surge atualmente na frente pioneira do Norte do estado enfeixando a vida econômica e social em evolução. A oeste desta nascente cidade, depois de uma faixa ainda em mata, o povoamento progride radialmente com centro na vila de Paranaíba, graças a colonização aí realizada pelo estado. Porém não se encontra a mesma intensidade que este, uma vez que o solo arenoso não é propício à lavoura do cafeeiro (BERNARDES, 1952, p. 482)

Com a mesma opinião dos autores citados, Monbeig realizou pesquisas sobre as frentes pioneiras decorrentes da expansão da cafeicultura no oeste paulista e, assim, se expressou sobre o fenômeno das frentes pioneiras em território paranaense:

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindos do sul preferem os solos pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras rocas e subir para o alto dos espigões. De uma ou outra maneira, o problema do limite colocar-se-á em pouco tempo (MONBEIG, 1984, p. 207).

Mais adiante Monbeig explica a diferença técnica do trabalho entre o pioneiro cafeicultor e o cotonicultor com os “safristas”, ou seja, criadores de porcos selvagens fazendo as coivaras na mata para semear principalmente o milho, e em seguida:

(...) soltam os animais no campo até a engorda. São os chamados “safristas” e não se fixam a terra, portanto, nada têm em comum com o pioneiro que planta café e algodão. Junta a margem direita do Ivaí, onde já tomaram pé alguns derrubadores de mata, vindo de Londrina, há o mesmo tipo de contato. Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migrações essa também de “safristas” que tudo ignora das culturas tropicais (MONBEIG, 1984, p. 207).

Contribuindo para o debate, na opinião de Mesquita e Silva:

(...) de povoamento recente, efetivamente povoada na década de 40, esta região de matas representam uma transição entre o norte e o oeste paranaense. Apresenta, na lavoura, certos padrões que a fazem assemelhar-se à porção setentrional do Estado e, na pecuária (criação de suínos) características que o ligam ao oeste (MESQUISTA e SILVA, 1987, p 45.).

Ainda de acordo com Bernardes o encontro de dois tipos diferentes de povoamentos, assim opinou:

(...) as características de solo, relevo e vegetação da região assemelham-se às que fizeram fortuna do Norte do Paraná. Nas matas ao redor de Campo Mourão originou-se, então, uma pequena frente pioneira ativa semelhante à daquela zona. Atualmente esta cidade está em uma das pontas de uma



enorme pinça que, nesta região, se fecha sobre o Ivaí: o povoamento que se expandiu no Norte tende a se unir através do Ivaí com o que vem se alastrando, com ponto de apoio em Guarapuava (BERNARDES, 1952, p. 452)

Deste modo, o sucesso e a fortuna advinda da cafeicultura na região norte situada ao norte do paralelo 24^o que é o limite climático para o plantio do café em território paranaense, levaram muitos agricultores a plantar café nos espigões entre os rios Ivaí e Piquiri. Entretanto, nem sempre se conseguiu êxito, pois, nestas áreas é propícia para a ocorrência de geadas negras e, que não permitiu aos cafezais o pleno desenvolvimento fenológico e o retorno satisfatório em termos econômicos.

Analisando o processo do povoamento no vale do Piquirivai, assim opinou Duarte e Strauch:

Nesta região ([entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri]), dois processos de povoamento podem ser identificados: o do “Norte” e do “Oeste”, com características bastante diferenciadas. Esta diferenciação de tipos de povoamento prende-se, em linhas gerais, às condições do quadro natural, ao sistema de colonização implantado, repercutindo no modo de utilização da terra ocupada, e na origem do colonizador (DUARTE e STRAUCH, 1972, p. 137).

Deste modo, cabe-nos compreender o tipo de colonização que esteve atrelado à política do governo paranaense em controlar o povoamento disperso e desorganizado, criando-se para tanto, o plano de colonização para as glebas de terras situadas na Mesorregião Centro-Occidental Paranaense.

Deste modo, foram delimitadas na citada mesorregião as seguintes colônias: Cantu, Goio-Bang, Goioerê, Piquiri, Muquidão e Mourão e, “planejada, uma sede urbana, além de lotes rurais de área também variável, cuja divisão foi estabelecida tendo em vista obter condições favoráveis de “servidão d’água” e facilidade de acesso as estradas” (BERNARDES, 1953, p. 356).

Mesmo assim, a colonização estadual encontrou dificuldades para a sua consolidação econômica, pois nas áreas das terras das colônias haviam historicamente instalado: “caboclos e colonos de origem estrangeira, principalmente poloneses e ucranianos vindo das velhas colônias do leste (BERNARDES, 1953, p. 364).

Esta particularidade gerou conflitos fundiários e dificuldades na legalização da documentação da propriedade e por conseqüências de algumas posses de terras, culminando muitas vezes em luta armada e instabilidade socioeconômica, postergando a colonização plena e permanente da região (WESTPHALEN, 1987, p. 6).

A colonização de iniciativa estatal ocupou pequenas parcelas de terras e, muitas vezes em áreas não contíguas e, pois, muitos dos terrenos devolutos já haviam sido



apropriados por intrusos e posseiros, sendo que estes praticavam a agricultura de subsistência e a criação em regime extensivo de suínos. Esta forma de uso da terra foi sucedida, de modo geral, pelas extrações madeireiras, praticadas por serrarias que iam devastando seletivamente a floresta, cada vez mais para o oeste, especialmente em áreas possuidora de maior densidade de madeiras nobres para aproveitamento econômico.

Deste modo, a frente de ocupação territorial impregnou no espaço a paisagem agrária de modo distinto, ou seja, formou-se um padrão de cultivo em que a frente nortista foi caracterizada principalmente pelo cultivo do café e, secundariamente a formação de lavouras de subsistências de milho, feijão, arroz intercaladas entre os pés de café, ocupou quase toda a região norte paranaense e avançou desde a região de Maringá em direção ao sul, passando pelo entorno do vale do rio Ivaí, até as proximidades de Peabiru e, deste em território descontínuo para a região de Janiópolis, Goioerê Mariluz – onde é notória a presenças expressivas de paulistas, mineiros, baianos, entre outros representantes dos estados do sudeste e também nordestinos.

Inicialmente, o plantio do café se direcionou também de Maringá em direção aos solos areníticos da região de Umuarama até encontrar os vales dos rios Goioerê e Ivaí. No entanto, pela baixa fertilidade natural do solo e a baixa produtividade cafeeira, logo, este foi substituído pelo plantio do algodão, amendoim e por pastagens.

Os cafezais destacaram na paisagem rural norte paranaense, ocupando as encostas dos espigões entre as cotas ótimas entre 300 a 500 metros de altitude.

Em contraposição, para a região sul de Campo Mourão, e desta para o oeste e noroeste até o rio Goioerê se destaca na paisagem agrária a policultura colonial. A rotação das culturas temporárias do milho, feijão, arroz, algodão, amendoim e de algumas pastagens e o plantio da soja desde o início da década de 1950 e utilizado como ração para a alimentação dos suínos. O café é sempre plantado nos espigões mais altos, mas não é, e nunca foi uma atividade agrícola predominante na região.

Também é de destacar nos primórdios dos avanços das frentes de ocupação, os terrenos cobertos por capoeiras que ocupando expressivas áreas indicando terreno em descanso ou de *pousio*, ou seja, a adoção de prática da rotação de culturas em que se cultiva em no máximo duas ou três vezes o mesmo terreno, em função do decaimento da produtividade, e assim, muda-se para outro local e repete-se o processo de rotação de área.

Na segunda metade da década de 1960, inicia-se o processo da substituição da agricultura tradicional pela mecanizada, notadamente com a introdução do cultivo da soja por colonos gaúchos, enquanto que o plantio do milho safrinha e o trigo plantado no inverno já eram tradicionais há décadas na Mesorregião Centro-Occidental Paranaense, conforme



atesta Duarte e Strauch: "(...) a grande expansão da soja ocorreu a partir de 1968. Em 1970 a área cultivada com leguminosa foi: Engenheiro Beltrão – 3.560 ha, Peabiru – 900 ha; Campo Mourão – 1.300 ha" (DUARTE e STRAUCH, 1972, p. 156).

Enquanto que nas regiões de morrarias, sobretudo nos município de Corumbataí do Sul, Barbosa Ferraz, Altamira do Paraná, Nova Cantu, Corumbataí do Sul, entre outros que apresentam relevos íngremes se desenvolveu a agricultura de subsistência. Enquanto que nas áreas de presença de solos areníticos se desenvolveu a agricultura tradicional, baseado na agricultura de subsistência, de pastagens, de reflorestamento e plantio de mandioca para a indústria de fecularia, este último com destaque para o município de Araruna.

Enfim, pelo exposto os cultivares: café, policultura e suinocultura estiveram ligadas ao processo de expansão dos tipos de povoamento (frente nortista, frente sulistas e a frente sudoeste ou gaúcha) que atuaram na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970 se dá o início da mudança da paisagem agrária na antiga região cafeeira do norte do Paraná, e por extensão nas áreas entre os vales, e alguns espigões entre os rios Ivaí e Piquiri.

Referências

BERNARDES, L. M. C. **O Problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná.** In: Revista Brasileira de Geografia. nº 3, julho-setembro de 1953.

BERNARDES, N. **Expansão do Povoamento do Paraná.** In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DUARTE, A. C.; STRAUCH, N. **Noroeste do Paraná.** In: Guia de Excursões do I Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente: AGB, 1972.

FLOWERAKER, J. **A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. **A evolução da agricultura na região sul na década de 70.** In: Revista Brasileira de Geografia: Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec; São Paulo: Polis, 1984. (Coleção Geografia Teoria e Realidade).

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.



SERRA, E. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**, 1991. 361 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

VALVERDE, O. **Planalto Meridional do Brasil**. In: Guia de excursão nº 3 XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno**. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná nº 7. Curitiba; UFPr, 1968.

YOKOO, E. N. **Terra de Negócio: estudo da colonização no oeste paranaense**, 2002. 177 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.